

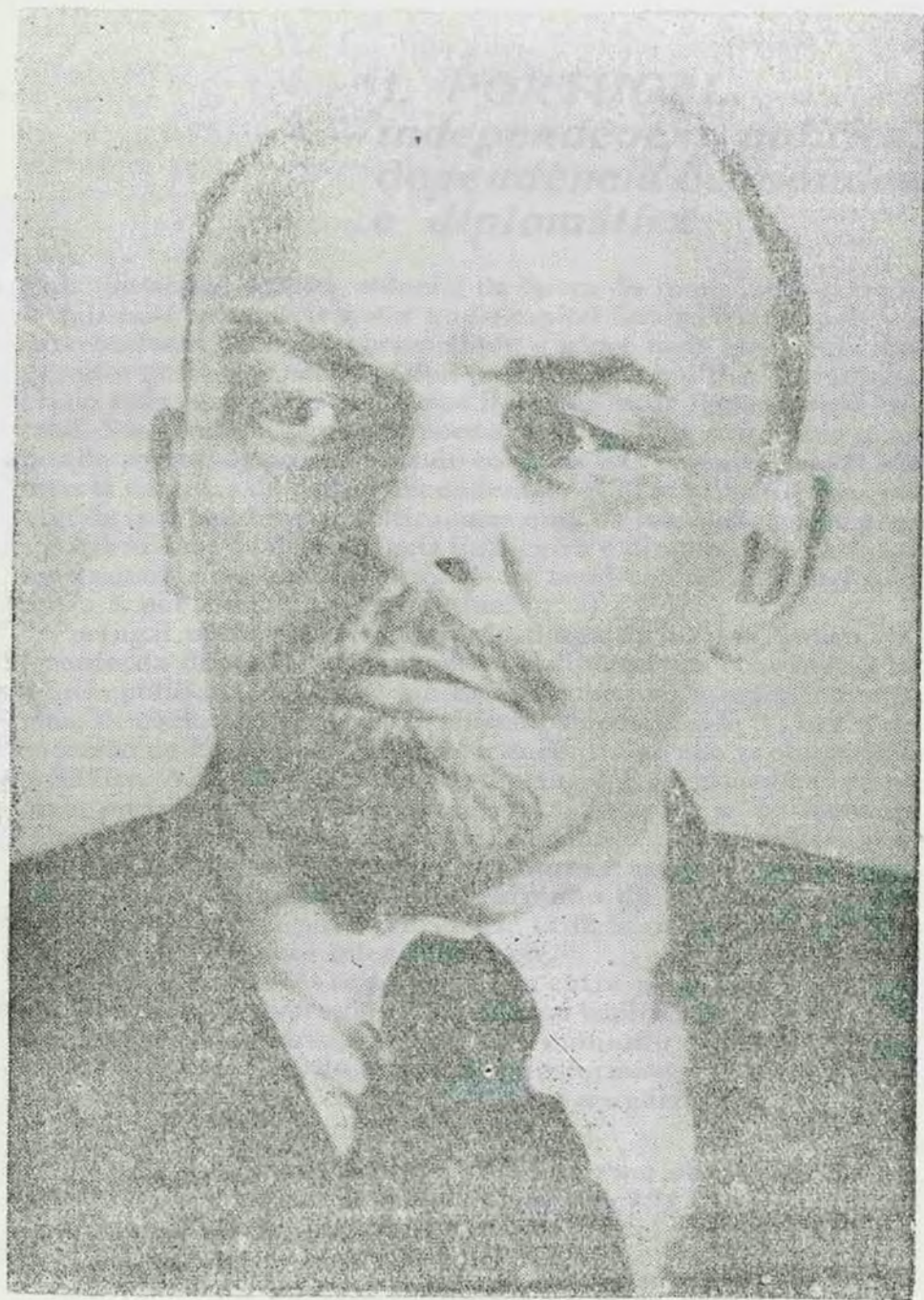
V. I. LENINE

**Textos
sobre
PORTUGAL**

Edições «Avante!»

1970

O presente folheto, editado no quadro das comemorações do Centenário do nascimento de V. I. Lenine, inclui todos os seus textos relativos a Portugal, com excepção de algumas poucas referências menos significativas (1).



2. Colónias portuguesas

1. PORTUGAL, —independência política, dependência económica e diplomática

Falando-se da política colonial da época do imperialismo capitalista, é necessário notar que o capital financeiro e a política internacional, que lhe corresponde e não é mais que a luta das grandes potências pela partilha económica e política do mundo, criam toda uma série de formas transitórias de dependência estatal. Não são típicos desta época apenas os dois principais grupos de países: os possesores de colónias e as colónias, mas ainda formas variadas de países dependentes, que, nominalmente, gozam de independência política, mas que, na realidade, estão presos nas malhas da dependência financeira e diplomática. Já antes mostramos uma dessas formas—as semi-colónias. Modelo de outra é, por exemplo, a Argentina. (...)

Portugal oferece-nos o exemplo duma forma um pouco diferente da dependência financeira e diplomática com independência política. Portugal é um Estado soberano e independente, mas, de facto, há já mais de duzentos anos, desde a guerra da sucessão de Espanha (1701-1714), encontra-se sob protectorado britânico. A Inglaterra defendeu Portugal e as possessões coloniais portuguesas para fortalecer as suas próprias posições na luta contra os seus adversários, a Espanha e a França. Recebeu, em troca, vantagens comerciais, melhores condições para as suas exportações de mercadorias e sobretudo de capitais para Portugal e colónias, a possibilidade de utilizar os portos e as ilhas de Portugal, os cabos telegráficos, etc.

Tal tipo de relações sempre existiu entre pequenos e grandes Estados, mas, na época do imperialismo capitalista, torna-se um sistema geral, faz parte integrante do conjunto das relações que regulam a «partilha do mundo», transforma-se num elo da cadeia de operações do capital financeiro mundial.

(«O imperialismo, estágio supremo do capitalismo».
Escrito em 1916, publicado em 1917. «Obras Completas», vol. 22; 4ª edição russa, p. 250-251; ed. fr. p. 284-285)

O grande capital financeiro dum país pode sempre eliminar os seus concorrentes, mesmo de um país estrangeiro politicamente independente, e fá-lo sempre. Económicamente isto é perfeitamente realizável. A «anexação» económica é perfeitamente «realizável» sem anexação política e constantemente a encontramos. Nos escritos sobre o imperialismo, lemos a cada passo que, por exemplo, a Argentina é de facto uma «colónia comercial» da Inglaterra, que Portugal é de facto «vassalo» da Inglaterra, etc. É exacto: a dependência económica em relação aos bancos ingleses, o endividamento para com a Inglaterra, o açambarcamento pela Inglaterra das vias férreas locais, das minas, das terras, etc. — tudo isto faz destes países «anexações» da Inglaterra no ponto de vista económico, sem que tenha havido violação da sua independência política.

(«Uma caricatura do marxismo, a propósito do «Economismo imperialista». Escrito em 1916. Publicado em 1924. O. C., vol. 23; ed. russa. p. 32; ed. fr. p. 46)

...fenómeno original da política imperialista: por um lado, a guerra imperialista actual mostra-nos exemplos da forma como se consegue, pela força dos laços financeiros e dos interesses económicos, arrastar um pequeno estado politicamente independente para a luta entre as grandes potências (Inglaterra e Portugal). Por outro lado, a violação do democratismo em relação a pequenas nações, ainda muito mais impotentes (económica e politicamente) contra os seus «protectores» imperialistas, provoca, seja a insurreição (Irlanda), seja a passagem para o inimigo de regimentos inteiros (os checos). Numa tal situação, não só é «realizável», do ponto de vista do capital financeiro, mas por vezes directamente vantajoso para os monopólios, para a sua política imperialista, para a sua guerra imperialista, dar a maior liberdade democrática possível, mesmo a independência estatal, a tal ou tal pequena nação, a fim de não correr o risco de prejudicar «as suas» operações militares.

(*Ibidem*, ed. russa, p. 39; ed. fr. p. 54)

2. Colónias portuguesas

Na sua obra sobre o imperialismo, Hobson distingue o período de 1884-1900 pela intensa «expansão» (alargamento do território) dos principais Estados europeus. Segundo os seus cálculos, a Inglaterra adquiriu, durante este período, um território de 3,7 milhões de milhas quadradas, com uma população de 57 milhões de habitantes; a França, 3,6 milhões de milhas quadradas com 36,5 milhões de habitantes; a Alemanha, 1 milhão de milhas quadradas com 14,7 milhões; a Bélgica 900.000 milhas quadradas com 30 milhões; Portugal 800 milhas quadradas com 9 milhões. A caça às colónias levada a cabo por todos os Estados capitalistas nos fins do século XIX, e sobretudo depois de 1880, é um facto universalmente conhecido na história da diplomacia e da política externa.

(«O imperialismo, estágio supremo do capitalismo». O. C. vol. 22, ed. russa, p. 243; ed. fr. p. 276)

A Rússia esteve a um triz da guerra com a Inglaterra por causa da competição imperialista das duas potências para a partilha da presa na Ásia Central! Negociações tiveram lugar entre a Inglaterra e a Alemanha acerca duma aliança contra a Rússia em 1898, tendo então a Inglaterra e a Alemanha combinado secretamente repartir entre si as colónias de Portugal «no caso de» este não cumprir os seus compromissos financeiros!

(«Pacifismo burguês e pacifismo socialista». 1.1.1917. O. C. vol. 23, ed. russa, p. 168; ed. fr. p. 197)

Se outrora, pelo direito do mais forte, a Inglaterra extorquiu terras à Holanda, a Portugal, etc., hoje a Alemanha entrou em cena e declarou: É a minha vez de me enriquecer à custa d'outrem.

(«Discurso pronunciado no meeting do Museu Politécnico», 23 de Agosto de 1918. O. C. vol. 28; ed. russa, p. 62; ed. fr. p. 76).

3. A Revolução de 5 de Outubro de 1910

... Merece uma atenção particular a observação extraordinariamente profunda de Marx de que a destruição da máquina burocrático-militar do Estado é «a condição prévia de toda a revolução realmente popular». Esta noção de revolução «popular» parece surpreendente na boca de Marx; e, na Rússia, os adeptos de Plekhanov e os mencheviques, estes discípulos de Struve que pretendem passar por marxistas, seriam capazes de classificar uma tal expressão em Marx como um «lapso». Reduziram o marxismo a uma deformação tão miseravelmente liberal que, fora antítese revolução burguesa e revolução proletária, nada existe para eles (...).

Se se tomam, como exemplo, as revoluções do século XX, temos de reconhecer que as revoluções portuguesa e turca são burguesas. Mas nem uma nem outra são «populares», uma vez que a massa do povo, a sua imensa maioria, não interveio duma maneira activa, independente, com as suas reivindicações económicas e políticas próprias, nem numa nem noutra destas revoluções. Pelo contrário, a revolução burguesa russa de 1905 - 1907, sem ter alcançado sucessos tão «deslumbrantes» como aqueles que couberam às revoluções portuguesa e turca, foi sem dúvida uma revolução «realmente popular», porque a massa do povo, a sua maioria, as mais profundas camadas sociais «inferiores», esmagadas pela opressão e a exploração, se levantaram por sua iniciativa e deixaram em toda a marcha da revolução a marca das suas reivindicações, das suas tentativas de construir à sua maneira uma sociedade nova em lugar da antiga em via de destruição.

(«O Estado e a Revolução», 1917. O. C. vol. 25; ed. russa, p. 388; ed. fr. p. 450)

O exemplo da Grécia parece «desmentir» o direito das nações à livre determinação. Mas, se se quiser reflectir, analisar, considerar, e não deixar-se ensurdecer pelo barulho das palavras, nem deixar-se intimidar pelo peso das horribéis impressões da guerra, — este exemplo não é mais sério nem mais convincente do que fazer pouco da república sob pretexto de que as mais democráticas das repúblicas «democráticas», não só a França, mas também os Estados Unidos, Portugal e a Suíça, instauraram e instauram, no decurso desta guerra, precisamente o mesmo poder arbitrário da camarilha militar, tal como a Rússia.

É um facto que a guerra imperialista apaga a diferença entre república e monarquia, mas deduzir daí que é necessário rejeitar a república ou, pelo menos adoptar uma atitude de desprezo para com ela, é deixar-se intimidar pela guerra, é deixar esmagar o próprio pensamento pelos horrores da guerra.

(«Resposta a P. Kicovski (I. Piotakov)», 1916. O. C. vol. 23; ed. russa p. 11; ea. fr. p. 21-22)

4. O regicídio

O caso do rei de Portugal

A imprensa burguesa, mesmo da tendência mais liberal e «democrática», não dispensa uma moral própria dos cem-negros (2), quando fala do assassinato do aventureiro português (3).

Tomemos, por exemplo, o correspondente especial de um dos melhores jornais democrato-burgueses da Europa — o «**Jornal de Frankfort**». Começa a sua história descrevendo de forma semi-humorística como o bando de correspondentes, caindo sobre a presa, se lançaram para Lisboa logo que foi recebida a sensacional notícia. «Partilhei um compartimento do vagão-cama», escreve este senhor, «com um conhecido jornalista de Londres, que começou a gabar-se da sua experiência. Pela mesmíssima razão já tinha estado em Belgrado e podia considerar-se um correspondente especial de casos de regicídio».

De facto, o que aconteceu ao rei de Portugal é um verdadeiro «acidente profissional» dos reis. Não é de admirar que haja correspondentes especializados na descrição dos «fracassos» profissionais de Suas Magestades...

Mas, por muito forte que em tais correspondentes seja o sensacionalismo barato e vulgar, a verdade apesar disso abre por vezes o seu caminho. «Um comerciante residente na zona comercial mais animada», contou ao correspondente do «**Jornal de Frankfort**» o seguinte:

«Logo que tomei conhecimento do ocorrido, icei uma bandeira a meia haste. Depressa começaram a aparecer frequentes e conhecidos, perguntando-me se eu estava naluco e pretendia perder completamente os meus amigos, Perguntei-lhes se era possível que ninguém livesse um sentimento de compaixão. Meu caro senhor, você não acreditaria as respostas que me deram! E retirei a bandeira».

Comentando isto, o correspondente liberal escreve:

«Um povo, por sua natureza tão bom e afável como é o português, passou como é evidente por uma má escola para aprender a odiar tão implacavelmente, mesmo após a morte.

«E se isto é verdade—e sem dúvida o é e calando-o eu falsificaria a verdade histórica—, se não são apenas tais manifestações silenciosas que julgam a vítima coroada, se a cada passo se ouvem palavras injuriosas, mesmo de «gente ordeira» dirigidas ao morto, sente-se necessidade de estudar a rara conjugação de circunstâncias, que tornaram a tal ponto anormal a psicologia dum povo. Porque um povo que nem sequer reconhece à morte o seu antigo e sagrado direito de expiar todos os pecados terrenos, um tal povo, ou está já moralmente degenerado, ou então têm de existir condições que engendrem o imenso sentimento de ódio, que obscurece uma clara e justa apreensão».

Ó liberais hipócritas! Porque não denunciavam como degenerados morais aqueles eruditos e escritores franceses, que até hoje odeiam e injuriam raivosamente, não só os homens que fizeram a Comuna de 1871, mas mesmo os que fizeram 1793? não só os lutadores da revolução proletária, mas mesmo os da revolução burguesa? O que os lacaios «democráticos» da burguesia actual consideram «normal» e «moral» é que um povo suporte «bondosamente» toda a espécie de ultrages, infâmias e atrocidades de aventureiros coroados.

Doutra forma, continua o correspondente, (isto é, doutra forma que não por motivo de condições excepcionais),

«Não se pode perceber o facto de que já hoje um jornal monarchico fale das vitimas inocentes do povo, quase com mais pena que do rei. Vê-se já claramente como se começa a formar uma lenda que cobre os assassinos com uma auréola de glória. Embora em quase todos os casos de atentados, os partidos politicos se apressem a dissociar-se dos assassinos, os republicanos portugueses orgulham-se abertamente de que os «mártires e heroes de 1 de Fevereiro» vieram das suas fileiras».

O democrata burguês leva o seu zelo ao ponto de descrever como «lenda revolucionária» o respeito dos cidadãos portugueses pelos homens que se sacrificaram para fazer desaparecer um rei que tinha escarnecido da Constituição!

O correspondente de um outro jornal burguês, o *Corriere della Sera* de Milão, refere a ferocidade da censura portugueza a pós o

regicídio. — Telegramas não podem ser enviados. Os ministros e os reis não se caracterizam por essa «bondade» que os honestos burgueses tanto gostam de ver nas massas populares! Se há guerra, então como na guerra — pensam com razão os aventureiros portugueses, que ocuparam o lugar do rei assassinado. As comunicações tornaram-se mais difíceis que em tempo de guerra. As informações têm de ser enviadas por via indirecta, primeiro pelo correio para Paris (talvez para qualquer endereço particular) e daí transmitidas para Milão. «Nem mesmo na Rússia» durante os mais violentos períodos revolucionários», escreve a 7 de Fevereiro o correspondente, «a censura foi alguma vez tão raivosa como agora em Portugal».

«Alguns jornais republicanos», informa o mesmo correspondente a 9 de Fevereiro, «escrevem hoje (data do funeral do rei) em termos que não ousa repetir num telegrama». Numa notícia datada de 8 de Fevereiro, que chegou ao seu destino depois da anterior, é citado o comentário do jornal «O País» sobre as cerimónias fúnebres:

«Levam os restos mortais de dois reis — cinzas inúteis duma monarquia que cai em ruínas, que se tem aguentado pela traição e por privilégios e que com os seus crimes cobriu de lama dois séculos da nossa história».

«É claro que se trata dum jornal republicano», acrescenta o correspondente, «mas não é um facto eloquente a publicação dum artigo com tais palavras no dia do funeral do rei?»

Pela nossa parte, apenas acrescentaremos que lamentamos uma só coisa: que o movimento republicano em Portugal não tenha ajustado contas com todos os aventureiros duma maneira suficientemente resoluta e aberta. Lamentamos que, no caso do rei de Portugal, seja ainda visível um terror de conjurados, por isso impotente, que pela sua própria essência não consegue alcançar os seus objectivos, e bem inferior a esse terror genuíno, popular, verdadeiramente regenerador, pela qual a grande Revolução Francesa se tornou famosa. Possivelmente o movimento republicano em Portugal subirá ainda mais alto. A simpatia do proletariado socialista estará sempre ao lado dos republicanos contra a monarquia. Mas o que se conseguiu até agora em Portugal foi aterrorizar a monarquia pelo assassinato de dois monar-

cas, e não destruir a monarquia.

Os socialistas de todos os parlamentos europeus expressaram, uns como souberam, outros como puderam, a sua simpatia para com o povo português e os republicanos portugueses, a sua aversão pelas classes governantes, cujos portavozes condenaram o assassinato do aventureiro e expressaram a sua simpatia para com os seus sucessores. Alguns socialistas expuseram abertamente os seus pontos de vista nos parlamentos, outros abandonaram a sala quando se faziam declarações de simpatia para com a «vítima» — a monarquia. No parlamento belga, Vandervelde escolheu o caminho «intermédio» — o pior caminho —, pronunciando dificilmente uma frase em que prestava homenagem a «todos os mortos», isto é ao rei e aqueles que o mataram. Esperamos que Vandervelde seja um caso único entre os socialistas do mundo.

A tradição republicana tem enfraquecido consideravelmente entre os socialistas da Europa. Isto é compreensível e até certo ponto justificável, na medida em que a iminência da revolução socialista tira a importância prática à luta pela república burguesa. Frequentemente, porém, o afrouxamento da propaganda republicana significa, não um vigoroso esforço para a vitória completa do proletariado, mas uma débil consciência das tarefas revolucionárias do proletariado em geral. Não foi sem razão que Engels, criticando em 1891 o projecto do programa de Erfurt, chamou com a maior energia a atenção dos operários alemães para a importância da luta pela república, e para a possibilidade de que tal luta também na Alemanha se inscrevesse na ordem do dia.

Para nós, na Rússia, a luta pela república tem um significado prático imediato. Apenas os mais desprezíveis oportunistas pequeno-burgueses, como os «N. S.» (4) ou o «S. D.» (5) Malichevski, poderiam concluir, da experiência da revolução russa, que na Rússia a luta pela república é relegada para segundo plano. Pelo contrário, precisamente a experiência da nossa revolução provou que na Rússia a luta pela abolição da monarquia está inseparavelmente ligada à luta pela terra para os camponeses, à luta pela liberdade para todo o povo. Precisamente a experiência da nossa contra-revolução mostrou que a luta pela liberdade, se não atinge a monarquia, deixa de ser uma luta, é apenas cobardia e indecisão pequeno-burguesa, ou simplesmente um logro do povo pelos carreiristas do parlamentarismo burguês.

(«O caso do rei de Portugal». 19.2. 1908. O. C., vol. 13, ed. russa; p. 432-436; ed. ingl. p. 470-474)

NOTAS

- 1) — Referências a Portugal não incluídas neste folheto: «Obras Completas», vol. 18, 4ª edição russa, p. 162; ed. ingl., p. 183; vol. 22, ed. russa, p. 277-278, 333; ed. ingl., p. 314-315, 375; vol. 23, ed. russa, p. 268; ed. fr., p. 301.
- 2) — «Cem - Negros» — bandos criados pela polícia tsarista para atacarem e assassinares revolucionários e intelectuais progressistas e organizarem chacinas de judeus.
- 3) — D. Carlos, rei de Portugal, morto com o príncipe herdeiro, no atentado de 1 de Fevereiro de 1908. Os autores, Buiça e Costa, foram mortos (pela guarda do rei).

(«O regicídio verificou-se a 1 de Fevereiro desse ano e no dia 16 de Fevereiro 80.000 pessoas desfilaram pelos covais de Buiça e Costa em homenagem a estes mártires da República.» — Lopes de Oliveira, «História da República Portuguesa»)
- 4) — N. S. Narodnik - sotsialisti, «socialistas - populistas».
- 5) — S.D., Social - democrata.

1) ...
 2) ...
 3) ...
 4) ...
 5) ...
 6) ...
 7) ...
 8) ...
 9) ...
 10) ...

Preço: 2\$50